

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE PB

Estudo Técnico Preliminar 26/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23096.031984/2026-00

2. Do objeto

O objeto do presente estudo é apresentar a descrição da necessidade, os requisitos, as possíveis soluções, o levantamento de mercado, a estimativa das quantidades e o valor para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de assessoria, cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais para atender as necessidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

3. Descrição da necessidade

O desenvolvimento das atividades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) está alicerçado sobre os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, para os quais se faz necessário prover toda uma estrutura para cumprimento da sua função social por meio de compras e contratações.

Uma das contratações necessárias diz respeito ao serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de assessoria, cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais, bem como o suporte operacional relacionado aos deslocamentos realizados a serviço da Administração Pública. Trata-se de atividade especializada de intermediação que visa assegurar eficiência logística, economicidade, celeridade, continuidade e suporte técnico adequado à gestão das viagens institucionais, permitindo o atendimento tempestivo das demandas administrativas e acadêmicas da Administração.

A contratação de serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais mostra-se indispensável para assegurar o adequado funcionamento das atividades institucionais da Universidade Federal de Campina Grande, especialmente no que se refere ao deslocamento de servidores, gestores, docentes, pesquisadores e colaboradores eventuais para cumprimento de missões institucionais em outros estados da Federação.

No âmbito da Universidade, a necessidade de deslocamentos é permanente e decorre diretamente da natureza das atribuições institucionais relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Os deslocamentos são necessários para participação em reuniões técnicas, eventos acadêmicos e científicos, capacitações, bancas examinadoras, visitas institucionais, auditorias, representação institucional junto a órgãos federais, agências de fomento e demais entidades públicas e privadas, além da participação em seminários, congressos e atividades de cooperação técnica.

A contratação do serviço de agenciamento de passagens aéreas possibilita à Administração maior eficiência no planejamento e execução das viagens oficiais, garantindo atendimento contínuo às demandas institucionais, suporte operacional em tempo hábil, otimização de custos e maior controle administrativo sobre os deslocamentos realizados. Além disso, a intermediação especializada contribui para obtenção das tarifas mais vantajosas disponíveis no mercado, adequação aos horários necessários ao interesse público e gerenciamento de eventuais alterações de voos, cancelamentos ou emergências logísticas.

Ressalta-se que a ausência de contratação desse serviço poderá comprometer diretamente o desenvolvimento das atividades finalísticas e administrativas da Universidade, ocasionando dificuldades operacionais na emissão de passagens, prejuízos à participação de servidores em atividades estratégicas e eventual descontinuidade de ações acadêmicas e administrativas essenciais.

Nesse contexto, o serviço de agenciamento de passagens aéreas nacionais caracteriza-se como serviço contínuo, essencial e indispensável ao pleno funcionamento da Universidade Federal de Campina Grande, uma vez que viabiliza a mobilidade

institucional necessária à execução das competências legais e regimentais da instituição, atendendo ao interesse público e assegurando suporte adequado às atividades administrativas e acadêmicas desenvolvidas pela Universidade.

O prazo previsto no § 9º do art. 64 da Lei nº 9.430/1996, que tratava da dispensa de retenção tributária na modalidade Compra Direta, expirou sem que fossem restabelecidas as condições legais necessárias à sua continuidade. Em razão disso, conforme comunicado aos Secretários Executivos de todos os Ministérios, a emissão de passagens aéreas por meio dessa modalidade foi suspensa no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) a partir da zero hora do dia 1º de janeiro de 2018.

Posteriormente, a Medida Provisória nº 822/2018, que previa a dispensa da retenção de tributos na fonte mediante utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) para aquisição direta de passagens aéreas junto às companhias aéreas, não foi convertida em lei. Com isso, a modalidade Compra Direta permaneceu inviabilizada, ocasionando a suspensão definitiva dessa forma de aquisição no âmbito do SCDP desde 30 de junho de 2018.

Diante desse cenário, a Instrução Normativa SLTI nº 3, de 2015, especialmente em seus arts. 3º, 4º e 17, prevê a utilização da modalidade Agenciamento, por meio da contratação de agência de turismo, nos casos em que houver impedimento de emissão junto à empresa credenciada ou em situações emergenciais devidamente justificadas no SCDP, assegurando, assim, a continuidade da emissão de passagens aéreas necessárias ao atendimento das demandas da Administração Pública.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIVISÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS - PRGAF	HELOÍSA DA SILVA DEMETRIO

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Da Natureza do Serviço

De acordo com o artigo 6º da Lei 14.133/2021, consideram-se:

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

No que diz respeito aos serviços pode-se constatar que se trata de serviço contínuo, considerando que sua interrupção pode implicar prejuízos para a administração, inviabilizando o cumprimento da missão da UFCG, no que se refere às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Ademais constata-se a necessidade permanente de deslocamentos para outros estados.

5.2. Da modalidade da licitação.

Conforme preceitua a Lei de Licitações no art. 6º, inciso XIII "bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado", destarte a natureza do objeto a ser contratado será comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais a serem definidas no Termo de Referência.

Ademais, de acordo com a NLLC, temos:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Sendo assim, por tratar-se de serviços usuais e comuns a contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, haja vista enquadrar-se na categoria de serviços comuns.

5.3. Da Duração do Contrato

Foi verificado que os serviços contínuos apresentam-se mais adequados tecnicamente com a formalização do instrumento de contrato, por envolver uma série de obrigações contratuais, além de possibilitar a prorrogação dos referidos instrumentos.

Observando a Lei 14.133/2021, temos:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

Ainda de acordo com a NLLC, temos:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

Analisando o exarado na legislação a Administração deverá:

1 - Formalizar termo de contrato;

2 - Considerando a possibilidade de celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, o prazo de vigência será de 2 (dois) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Do enquadramento da contratação

Tendo em vista que os serviços a serem contratados não se constituem em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, cuja execução indireta é vedada e observando a Portaria nº 443 /2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, a saber:

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018. 4.5.2.

Sendo assim, justificamos que os serviços a serem contratados se enquadram como atividades acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, e sendo assim, passíveis de execução indireta.

Ademais, a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Universidade, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.5. Do critério de julgamento

Quanto ao procedimento licitatório na modalidade pregão, observa-se que a legislação admite apenas os critérios de julgamento de menor preço ou maior desconto.

Nesse contexto, verifica-se que somente a taxa de agenciamento comporta efetiva disputa competitiva entre os licitantes, uma vez que se trata da remuneração do serviço prestado pela futura contratada.

Esclarecendo melhor, o objeto da presente contratação é composto por dois elementos:

- (i) a taxa de serviços de agenciamento; e
- (ii) o valor de repasse destinado ao custeio das passagens aéreas durante a vigência contratual.

No que se refere ao valor de repasse, trata-se de montante meramente estimativo, reservado pela Administração para viabilizar a aquisição das passagens necessárias ao atendimento das demandas institucionais ao longo da execução do contrato. Nesse sentido, ressalta-se a impossibilidade de definição prévia e precisa dos trechos a serem utilizados, especialmente quanto aos destinos, datas, horários e condições tarifárias aplicáveis no momento da emissão dos bilhetes.

Além disso, os preços das passagens aéreas sofrem constantes variações em razão de fatores mercadológicos, tais como disponibilidade de assentos, sazonalidade, antecedência da compra, política tarifária das companhias aéreas e oscilações de mercado. Dessa forma, torna-se inviável a realização de pesquisa de preços prévia apta a estabelecer um valor fixo ou competitivo para os trechos que eventualmente serão utilizados durante toda a vigência contratual.

Diante dessa impossibilidade material, a Administração adota como parâmetro para composição do valor estimado de repasse o histórico de execução de contratos anteriores, considerando os valores efetivamente destinados ao custeio de passagens em exercícios anteriores, buscando garantir suficiência orçamentária para atendimento das necessidades administrativas.

Ademais o valor destinado ao repasse das passagens não admite aplicação adequada dos critérios de disputa previstos para o pregão. Isso porque:

- no critério de menor preço, há impossibilidade de formação objetiva de preços em razão da imprevisibilidade dos trechos e da variação dinâmica das tarifas aéreas; e
- no critério de maior desconto, o sistema Compras.gov.br aplica o desconto diretamente sobre o valor total estimado do item, reduzindo o montante reservado ao custeio das passagens, e não sobre o valor efetivo das tarifas no momento da emissão dos bilhetes.

Tal limitação sistêmica compromete a adequada execução contratual, pois reduz artificialmente os recursos destinados ao pagamento das passagens aéreas, podendo ocasionar insuficiência financeira para atendimento das demandas da Administração durante a vigência do contrato.

Assim, considerando as limitações operacionais do sistema e a natureza específica do objeto contratado, justifica-se a adoção de critério de disputa **exclusivamente para o item referente à taxa de agenciamento**, devendo o item correspondente ao repasse das passagens permanecer com valor fixo estimado, a ser integralmente reproduzido pelos licitantes em suas propostas, sem incidência de desconto ou competição.

Logo, o critério de julgamento mais adequado a ser utilizado para a disputa da taxa de serviços de agenciamento será o de **menor preço**, considerando contratações semelhantes realizadas por outro órgãos da Administração Pública direta e indireta, como o Comando da Marinha, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

5.6. Da Qualificação

As empresas deverão comprovar qualificação técnica por meio de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, referente aos serviços abrangidos pelo objeto desta licitação, fornecido por entidade pública ou privada. A comprovação deverá ser solicitada no Edital.

O representante da contratada deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato, inclusive dentro do Sistema de Concessão de Passagens e Diárias (SCDP) do Governo Federal.

5.7. Da garantia

A Administração opta pela não exigência de garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços de agenciamento de viagens, caracterizados predominantemente pela intermediação de assessoria, cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais.

A natureza do objeto não envolve alta complexidade técnica, execução continuada de risco elevado ou investimento significativo por parte da contratada que justifique a imposição de garantia contratual. Além disso, os pagamentos serão realizados conforme a efetiva prestação dos serviços e mediante comprovação documental, o que reduz substancialmente os riscos de prejuízo à Administração.

Adicionalmente, a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, especialmente para empresas de pequeno e médio porte, contrariando os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, entende-se que a não exigência de garantia mostra-se medida adequada, suficiente e compatível com o nível de risco da contratação.

5.8. Da participação de cooperativas

De acordo com a Lei 14.133, temos:

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas; IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

O regime jurídico das contratações públicas prestigia a ampliação da competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. O artigo 9º da referida lei estabelece hipóteses específicas de impedimento, não havendo qualquer vedação geral às sociedades cooperativas. Assim, eventual exclusão somente seria admissível mediante justificativa técnica concreta, proporcional e diretamente relacionada à impossibilidade de execução do objeto pela natureza cooperativa da entidade, o que não se verifica nos serviços de agenciamento de viagens.

Os serviços de agenciamento de viagens possuem natureza eminentemente empresarial e operacional, as atividades objeto dessa contratação, podem ser perfeitamente executadas por cooperativas regularmente constituídas, desde que atendidos os requisitos de habilitação técnica, fiscal, econômica e operacional previstos no edital. Não há, portanto, incompatibilidade entre o objeto licitado e o modelo societário cooperativo.

Cumprе salientar que o Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que a vedação à participação de cooperativas somente é admitida em hipóteses excepcionais, quando houver demonstração objetiva de incompatibilidade entre o objeto contratado e o regime cooperativista. Em diversos precedentes, o TCU reafirmou que restrições genéricas comprometem a competitividade do certame e violam o princípio da igualdade entre os licitantes.

Dessa forma, conclui-se que a participação de cooperativas em processos licitatórios de agenciamento de viagens é juridicamente legítima, constitucionalmente protegida e administrativamente recomendável, não havendo fundamento legal para sua exclusão genérica. Ao contrário, sua admissão fortalece a competitividade do certame, amplia as possibilidades de obtenção da proposta mais vantajosa e concretiza os princípios constitucionais e administrativos que regem as contratações públicas.

5.9. Da participação dos consórcios

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do **caput** deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

Portanto, analisando a legislação acima, não foi identificado impedimento a participação de empresas em consórcio, desde que atendam aos requisitos legais.

5.10. Da exclusividade ME/EPP, Margem de Preferência e Cotas

De acordo com a Lei 14.133/21, temos:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. 9 de 13 § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

I - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Observando a Lei Complementar Nº 123/2006, temos:

Art. 3º, § 4º. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar.

Justifica-se a não aplicação do benefício da exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) em razão do valor estimado da contratação. Ressalta-se, contudo, que a medida não impede a participação das ME/EPP no certame, as quais poderão concorrer em igualdade de condições com as demais empresas, permanecendo assegurados os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicáveis.

5.11. Do preposto.

De acordo com a Lei 14.133/21, temos:

Art. 118. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. Portanto, caberá à CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, a designação formal de PREPOSTO para representá-la legalmente junto a Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, com plenos poderes para:

- Receber ofícios e comunicações;
- Representar a CONTRATADA em reuniões e assinar atas de reunião, confirmando o compromisso da CONTRATADA com os termos acordados e registrados em ata;
- Receber solicitações e orientações para o cumprimento dos termos contratuais;

- Verificar e assinar o relatório de avaliação da qualidade dos Serviços gerados pela fiscalização do contrato através do Instrumento de Medição dos Resultados - IMR;
- Receber termos de notificação de descumprimento contratual, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a CONTRATADA responder ou tomar providências; e
- Representar a CONTRATADA em todos os demais atos que se relacionem com o contrato.

A CONTRATADA deverá providenciar junto à CONTRATANTE o acesso do PREPOSTO ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI/UFCG, do tipo usuário externo, com plenos poderes para, em nome da CONTRATADA, abrir processos com requerimento para pagamento de fatura, repactuação, liberação de recursos da conta vinculada, receber intimações digitais, dentre outros processos relacionados à contratação.

O PREPOSTO deverá ter capacidade legal e gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, devendo, além de ser acessível por intermédio de telefone (fixo e/ou celular) e e-mail.

Ademais, foi constatado que não há necessidade da presença do preposto nas dependências da CONTRATANTE durante a prestação dos serviços.

5.12. Do regime de empreitada escolhido.

De acordo com o art. 6º, da Lei 14.133, temos:

XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

XXIX - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

XXX - empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;

XXXI - contratação por tarefa: regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

XXXII - contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto; e

XXXIII - contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

Analisando os regimes de execução acima e a escolha mais adequado para a contratação, optamos pelo regime de execução de empreitada por preço unitário.

5.13. Do respeito ao princípio da segregação de funções.

Conforme a Lei 14.133, temos:

Art. 7º, III, § 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

A este respeito, o TCU prolatou o Acórdão nº 1.997/2006 – 1ª Câmara, em que no item 9.4.3, determina: “[...] designe servidores distintos para compor comissão de licitação e para efetuar a fiscalização de contratos, em respeito ao princípio da segregação de funções.

Nesse sentido, deve a Administração atentar para o referido princípio.

5.14. Demais requisitos

A empresa contratada deverá possuir comprovada capacidade técnica e operacional para a execução dos serviços, garantindo atendimento contínuo, eficiente e tempestivo, inclusive em situações emergenciais, observando rigorosamente a legislação vigente, as normas da Administração Pública Federal.

Os serviços deverão ser executados por meio de sistema informatizado ou plataforma eletrônica que permita a cotação, reserva, emissão, alteração e cancelamento de passagens aéreas, assegurando transparência, rastreabilidade das operações, controle gerencial e acesso às informações necessárias à fiscalização do contrato.

A contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil e penal, sobre todo e qualquer assunto de interesse da UFCG de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar os profissionais prestadores de serviço nesse sentido.

A contratada deverá oferecer passagens aéreas com base nas tarifas mais vantajosas disponíveis no mercado, incluindo tarifas promocionais, acordos corporativos e demais condições comerciais aplicáveis, respeitando os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração.

A contratada deve assegurar o fornecimento do(s) menor(es) preço(s) em vigor, praticado(s) por quaisquer das companhias aéreas do setor, mesmo que em caráter promocional, repassando todos os descontos e vantagens oferecidos que possam resultar em benefício econômico para a contratante.

Apresentação de alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas solicitadas.

6. Levantamento de Mercado

Visando a verificar as soluções de mercado, foram realizadas consultas ao Portal Nacional de Compra Públicas - PNCP, para levantamento de contratações promovidas recentemente por órgãos da Administração Pública. O quadro abaixo apresenta alguns exemplos de certames.

Taxa de Agenciamento de passagens aéreas nacionais			
Modalidade de Compra	ID da Compra	Órgão	Data da divulgação PNCP
Pregão - Eletrônico	00394502000144-1-003218/2026	COMANDO DA MARINHA	23/04/2026
Pregão - Eletrônico	04892707000968-1-000015/2026	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES	12/05/2026
Pregão - Eletrônico	10763998000130-1-000047/2026	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	13/05/2026

Diante da pesquisa de mercado e de suas soluções, observa-se que a alternativa utilizada pela Administração Pública para aquisição de passagens aéreas é a contratação de serviços por meio de agenciamento, considerando a impossibilidade legal de contratação direta de passagens com as companhias aéreas.

Percebe-se que a solução proposta é a única praticada no serviço público quanto se trata de transporte de servidores públicos, caracterizando-se como a solução mais vantajosa, dada a estrutura de agenciamento já existente no país.

Ressalta-se que a contratação de agenciamento gera também a garantia da prestação dos serviços acessórios quais sejam: assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem aérea nacional, cotação, e emissão de assento especial nacional e internacional, a fim de atender as necessidades dos órgãos, sendo a solução adotada para a pretendida contratação.

Ademais, identificou-se ampla quantidade de fornecedores capazes de fornecer os serviços do objeto para a futura contratação, conforme doc sei 6557592.

7. Descrição da solução como um todo

A solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de assessoria, cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais, conforme quadro descritivo do item 8 deste Estudo. A utilização do modal transporte aeroviário visa exclusivamente atender às necessidades da UFCG por ocasião das viagens a serviço ou capacitação/treinamento de servidores e colaboradores que, em certas ocasiões, envolvem deslocamentos aéreos. A licitação ocorrerá por pregão, na sua modalidade eletrônica. Deverá ser formalizado contrato com vigência de 2 (dois) anos por tratar-se de serviço continuado conforme art. 106 /14133, podendo ser prorrogado conforme a NLLC. Não haverá exigência de garantia e o regime de empreitada será por preço unitário.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Metodologia de aferição das quantidades necessárias para a demanda.

Conforme documento sei 6540928 foi realizado o levantamento dos trechos mais utilizados e das quantidades por trecho referente aos anos de 2023, 2024, 2025 e parte de 2026.

O levantamento foi reproduzido abaixo:

QUANTIDADE DE BILHETES EMITIDOS 2023-2026	
TRECHO (ORIGEM-DESTINO)	QUANTIDADE
João Pessoa → Brasília	127
Brasília → João Pessoa	119
Brasília → Campina Grande	85
Campina Grande → Brasília	77
São Paulo → Campina Grande	60
Campina Grande → São Paulo	59
João Pessoa → São Paulo	39
Salvador → Campina Grande	36
São Paulo → João Pessoa	34
Campina Grande → Salvador	34
Rio de Janeiro → João Pessoa	31
João Pessoa → Rio de Janeiro	29
Campina Grande → Florianópolis	21
Florianópolis → Campina Grande	20
Total	771

Ademais, conforme doc sei 3571273, para a contratação anterior foram solicitadas as seguintes quantidades:

Descrição do serviço	Quantidade do contrato
----------------------	------------------------

Serviço de agenciamento de passagens para voos domésticos: assessoria, cotação, reserva, emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes.	426
Repasse - Voos domésticos: valores das tarifas, taxas de embarque, bagagem despachada e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagens nacionais adquiridos.	426

Conforme documento de formalização da demanda, doc sei 6494782, a quantidade solicitada para a futura contratação foi reproduzida no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA O FUTURO CONTRATO
01	Serviço de agenciamento de passagens para voos domésticos: assessoria, cotação, reserva, emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes.	3719	Serviço	526
02	Repasse - Voos domésticos: Serviço valores das tarifas, taxas de embarque, bagagem despachada e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagens nacionais adquiridos.	3719	Serviço	526

De acordo com informações do setor demandante, a quantidade estimada de 526 emissões foi definida com base no valor do contrato vigente com a empresa Inovve Turismo LTDA após o respectivo aditivo contratual. Inicialmente, o quantitativo previsto era de 426 emissões anuais; entretanto, o aditivo contratual acresceu 100 emissões a esse total, perfazendo o montante de 526 emissões.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.920.444,12

9.1. Metodologia para composição dos custos da contratação.

9.1.1. Para o valor do repasse.

Para o levantamento do valor referente ao repasse foi realizado levantamento do montante utilizado no contrato vigente referente aos anos de 2023, 2024, 2025 e parte de 2026 conforme quadro abaixo.

DESCRIÇÃO	ANO	VALOR ANUAL DISPENDIDO NO REPASSE
Voos domésticos	2023	938.754,66
	2024	891.181,82
	2025	1.102.218,33
	2026	334.838,12
	TOTAL	3.266.992,93

Vale ressaltar que, no que tange ao exercício de 2026, foram consideradas as passagens registradas/disponíveis até a data de 21/05 /2026, em razão do período em que o presente estudo está sendo elaborado, de modo que os dados utilizados refletem as informações disponíveis até o referido marco temporal.

Para verificar se o valor estimado supre a necessidade foi realizada a pesquisa de preços, conforme doc sei 6556815, para os trechos mais utilizados de acordo com o quadro abaixo.

QUANTIDADE DE BILHETES EMITIDOS 2023-2026	
TRECHO (ORIGEM-DESTINO)	QUANTIDADE
João Pessoa → Brasília	127
Brasília → João Pessoa	119
Brasília → Campina Grande	85
Campina Grande → Brasília	77
São Paulo → Campina Grande	60
Campina Grande → São Paulo	59
João Pessoa → São Paulo	39
Salvador → Campina Grande	36
São Paulo → João Pessoa	34
Campina Grande → Salvador	34
Rio de Janeiro → João Pessoa	31
João Pessoa → Rio de Janeiro	29
Campina Grande → Florianópolis	21
Florianópolis → Campina Grande	20

A pesquisa de preços retornou os seguintes valores:

						COTAÇÕES / PESQUISAS						METODOLOGIA				
Item	Unidade	DESCRIÇÃO	Quantidade máxima estimada anual	Preço Unitário	Preço Referencial	Pesquisa 1		Pesquisa 2		Pesquisa 3		Desvio padrão	Coefficiente de Variação	MÉDIA**	Mediana	Método a ser utilizado
1	Unidade	Passagem aérea para o trecho João Pessoa Brasília	127	R\$ 1.044,00	R\$ 132.588,00	Azul	R\$ 967,00	Gol	R\$ 1.079,00	Latam	R\$ 1.086,00	R\$ 66,78	6%	R\$ 1.044,00	1.079,00	média
2	Unidade	Passagem aérea para o trecho Brasília João Pessoa	119	R\$ 1.068,33	R\$ 127.131,27	Azul	R\$ 967,00	Latam	R\$ 1.085,00	Gol	R\$ 1.153,00	R\$ 94,11	9%	R\$ 1.068,33	1.085,00	média
3	Unidade	Passagem aérea para o trecho Brasília Campina Grande	85	R\$ 1.210,00	R\$ 102.850,00	Azul	R\$ 1.128,00	Latam	R\$ 1.145,00	Gol	R\$ 1.357,00	R\$ 127,59	11%	R\$ 1.210,00	1.145,00	média
4	Unidade	Passagem aérea para o trecho Campina Grande Brasília	77	R\$ 1.448,00	R\$ 111.496,00	Latam	R\$ 1.021,00	Azul	R\$ 1.448,00	Gol	R\$ 2.290,00	R\$ 645,71	41%	R\$ 1.586,33	1.448,00	mediana

5	Unidade	Passagem aérea para o trecho São Paulo Campina Grande	60	R\$ 1.210,00	R\$ 72.600,00	Azul	R\$ 1.128,00	Latam	R\$ 1.145,00	Gol	R\$ 1.357,00	R\$ 127,59	11%	R\$ 1.210,00	1.145,00	média
6	Unidade	Passagem aérea para o trecho Campina Grande São Paulo	59	R\$ 1.421,00	R\$ 83.839,00	Latam	R\$ 1.179,00	Gol	R\$ 1.357,00	Azul	R\$ 1.727,00	R\$ 279,55	20%	R\$ 1.421,00	1.357,00	média
7	Unidade	Passagem aérea para o trecho João Pessoa São Paulo	39	R\$ 1.161,66	R\$ 45.304,74	Gol	R\$ 983,00	Latam	R\$ 1.091,00	Azul	R\$ 1.411,00	R\$ 222,58	19%	R\$ 1.161,66	1.091,00	média
8	Unidade	Passagem aérea para o trecho Salvador Campina Grande	36	R\$ 1.367,66	R\$ 49.235,76	Latam	R\$ 1.299,00	Azul	R\$ 1.340,00	Gol	R\$ 1.464,00	R\$ 85,91	6%	R\$ 1.367,66	1.340,00	média
9	Unidade	Passagem aérea para o trecho São Paulo João Pessoa	34	R\$ 1.000,00	R\$ 34.000,00	Gol	R\$ 983,00	Latam	R\$ 1.000,00	Azul	R\$ 1.880,00	R\$ 513,05	40%	R\$ 1.287,66	1.000,00	mediana
10	Unidade	Passagem aérea para o trecho Campina Grande Salvador	34	R\$ 1.310,33	R\$ 44.551,22	Gol	R\$ 1.247,00	Azul	R\$ 1.315,00	Latam	R\$ 1.369,00	R\$ 61,13	5%	R\$ 1.310,33	1.315,00	média
11	Unidade	Passagem aérea para o trecho Rio de Janeiro João Pessoa	31	R\$ 1.107,33	R\$ 34.327,23	Azul	R\$ 1.021,00	Latam	R\$ 1.033,00	Gol	R\$ 1.268,00	R\$ 139,27	13%	R\$ 1.107,33	1.033,00	média
12	Unidade	Passagem aérea para o trecho João Pessoa Rio de Janeiro	29	R\$ 1.050,66	R\$ 30.469,14	Latam	R\$ 1.026,00	Azul	R\$ 1.047,00	Gol	R\$ 1.079,00	R\$ 26,69	3%	R\$ 1.050,66	1.047,00	média
13	Unidade	Passagem aérea para o trecho Campina Grande Florianópolis	21	R\$ 578,00	R\$ 12.138,00	Gol	R\$ 564,00	Latam	R\$ 572,00	Azul	R\$ 598,00	R\$ 17,78	3%	R\$ 578,00	572,00	média
14	Unidade	Passagem aérea para o trecho Florianópolis Campina Grande	20	R\$ 1.297,33	R\$ 25.946,60	Azul	R\$ 1.128,00	Latam	R\$ 1.192,00	Gol	R\$ 1.572,00	R\$ 240,01	19%	R\$ 1.297,33	1.192,00	média
Total				R\$ 906.476,96												

Como podemos constatar o valor obtido com a pesquisa de preços para o repasse foi de R\$ 906.476,96.

Ressalta-se, contudo, que o mercado de transporte aéreo possui natureza dinâmica, com tarifas sujeitas a constantes variações decorrentes de fatores como disponibilidade de voos, sazonalidade, antecedência da emissão, flutuação da demanda e políticas tarifárias adotadas pelas companhias aéreas.

Portanto, será acrescido um percentual de 5% sobre o montante de R\$ 906.476,96 para suprir as variações nos valores das passagens, obtendo para o repasse o valor de R\$ 951.800,80 para um ano, e o valor de R\$ 1.920.444,12, para dois anos.

O presente Termo de Referência não será submetido à análise prévia da Procuradoria Jurídica, tendo em vista a adoção da Manifestação Jurídica Referencial aplicável à matéria. Conforme orientação constante da respectiva MJR, nos casos de pregão para contratação de serviços continuados com vigência plurianual, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, o valor total estimado da contratação deve ser dividido pelo número de anos de vigência pretendida para obtenção do valor anual da contratação.

Considerando que o valor anual apurado encontra-se dentro do limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a contratação enquadra-se nas hipóteses de aplicação da Manifestação Jurídica Referencial, tornando dispensável a remessa dos autos para análise jurídica individualizada, nos termos das orientações e limites estabelecidos no referido instrumento jurídico.

$$\text{R\$ } 906.476,96 + 5\% \text{ (R\$ } 45.323,84) = \text{R\$ } 951.800,80 * 2 = \text{R\$ } 1.920.444,12$$

9.1.1.1. Metodologia empregada na pesquisa de preços referente ao repasse.

A IN 65/2021 estabelece alguns parâmetros para a pesquisa de preços que detalhamos abaixo:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

Dessa maneira, inicialmente buscou-se atender o que é solicitado nos incisos I e II, no entanto a utilização dessa ferramenta mostrou-se inviável tendo em vista que os valores das passagens são variáveis conforme o trecho, local de saída e chegada, horários dos voos, companhia aérea e outros, tornando a pesquisa com base nesses parâmetros impossível de refletir o preço de mercado. Portanto, justificamos que para uma melhor aferição do preço de mercado a pesquisa de preços foi realizada com base no parâmetro III.

9.1.2. Para o valor da taxa de agenciamento.

A IN 65/2021 estabelece alguns parâmetros para a pesquisa de preços que já detalhamos acima.

Dessa maneira, inicialmente buscou-se atender o que é solicitado no inciso I conforme doc sei 6557208, tendo sido realizada a tentativa de pesquisa de preços por meio do Portal de Compras do Governo Federal. A utilização dessa ferramenta mostrou-se inviável tendo em vista que os valores disponibilizados na plataforma retornou valores muito variáveis para a pesquisa, impossibilitando a coleta dos valores, sendo aproveitado apenas um valor para a pesquisa de preços.

Ademais, conforme o inciso II o sistema retornou apenas valores em torno de R\$ 0,1 e R\$ 0,001, sem possibilidade de utilização para compor o custo da taxa.

Nesse sentido, foi realizada a pesquisa de preços com base nos incisos I e IV.

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

O inciso IV refere-se à realização de pesquisa direta com fornecedores. Assim, foram consultados fornecedores inscritos no SICAF, localizados nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, conforme documentação constante no anexo SEI nº 6557592 que atuam em ramo compatível com o objeto da contratação.

Sendo assim, foram enviados e-mails de acordo com o doc sei 6557538.

A pesquisa e modelo de cotação enviado atende o exarado abaixo.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

A consulta teve por finalidade estimar os valores efetivamente praticados no mercado, especialmente no que se refere à taxa do serviço de agenciamento buscando-se obter parâmetros mais aderentes à realidade mercadológica.

No entanto, obtemos apenas um valor que se adequava a pesquisa de preços.

Logo, a pesquisa foi composta dos seguintes valores para a taxa de agenciamento:

DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Quantidade máxima estimada anual (A)	Preço Unitário (B)	Preço Referencial (A x B)	Pesquisa de preços 1 Compras. GOV	Pesquisa de preços 2 Fornecedor
Serviço de agenciamento de passagens para voos domésticos: assessoria, cotação, reserva, emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes.	526	R\$ 16,01	R\$ 8.421,26	R\$ 12,02	R\$ 20,00
Total			R\$ 8.421,26		

Conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, art. 6º, §5º.

Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

Sendo assim, os valores para inserir no Termo de Referência são os seguintes:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO CATSER - 3719	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR UNITÁRIO (AxB)
		Serviço de agenciamento de passagens para voos domésticos: assessoria,				

	01	cotação, reserva, emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes.	Serviço	526	R\$ 16,01	R\$ 8.421,26
01	02	Repasse - Voos domésticos: Serviço valores das tarifas, taxas de embarque, bagagem despachada e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagens nacionais adquiridos. *Valor deve ser repetido na proposta. Não é item passível de disputa	Serviço	526		R\$ 951.800,80
Valor total para 12 meses					R\$ 960.222,06	
Valor total para 24 meses					R\$ 1.920.444,12	

O objeto da presente contratação é composto por dois elementos: a taxa dos serviços de agenciamento e o valor de repasse destinado ao custeio das passagens aéreas durante a vigência contratual. No que se refere ao valor de repasse, trata-se de montante meramente estimativo, reservado pela Administração para viabilizar a aquisição das passagens necessárias ao atendimento das demandas institucionais ao longo da execução do contrato. Dessa forma, torna-se inviável delimitar com precisão um valor fixo ou competitivo para os trechos que eventualmente serão utilizados durante toda a vigência contratual. Ou seja, realizar uma pesquisa de preços dos trechos utilizados pode atender em parte a formação do custo para o referido item, mas não atende por completo, pois não há previsibilidade quanto aos destinos, datas, horários e condições tarifárias aplicáveis no momento da emissão dos bilhetes. Além disso, os preços das passagens aéreas sofrem constantes variações em razão de fatores mercadológicos, tais como disponibilidade de assentos, sazonalidade, antecedência da compra, política tarifária das companhias aéreas e oscilações de mercado. Nesse sentido, ficamos impossibilitados de estimar um valor para a disputa. Quanto ao procedimento licitatório na modalidade pregão, observa-se que a legislação admite apenas os critérios de julgamento de menor preço ou maior desconto. Nesse contexto, verifica-se que somente a taxa de agenciamento comporta efetiva disputa competitiva entre os licitantes, uma vez que se trata da remuneração do serviço prestado pela futura contratada. Por outro lado, o valor destinado ao repasse das passagens não admite aplicação adequada dos critérios de disputa previstos para pregão. Isso porque: no critério de menor preço, há impossibilidade de formação objetiva de preços pelas razões já relatadas; e no critério de maior desconto, o sistema do Compras.gov.br aplica o desconto diretamente sobre o valor total estimado do item, reduzindo o montante reservado ao custeio das passagens, e não sobre o valor efetivo das tarifas no momento da emissão dos bilhetes. Tal limitação sistêmica compromete a adequada execução contratual, pois reduz os recursos destinados ao pagamento das passagens aéreas, podendo ocasionar insuficiência financeira para atendimento das demandas da Administração durante a vigência do contrato. Assim, considerando as limitações operacionais do sistema e a natureza específica do objeto contratado, justifica-se a adoção de critério de disputa exclusivamente para o item referente à taxa de agenciamento, devendo o item correspondente ao repasse das passagens permanecer com valor fixo estimado, a ser integralmente reproduzido pelos licitantes em suas propostas, sem incidência de desconto ou competição.

Em relação a taxa de serviço de agenciamento, item objeto de competição, o critério que será considerado na disputa será o de menor preço, pois, verifica-se que somente a taxa de agenciamento comporta efetiva disputa competitiva entre os licitantes, uma vez que se trata da remuneração do serviço prestado pela futura contratada.

Por se tratarem de mera estimativa de gastos, as quantidades e valores estimados para todos os itens não constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro para a CONTRATANTE, razão pela qual não poderá ser exigida, nem considerada como valor para pagamento mínimo.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Do Agrupamento dos Itens

A finalidade pretendida pela Administração é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos à medida que promove uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos.

Conforme a Lei 14.133/2021, temos:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Ainda no mesmo diploma legal, temos:

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Com relação parcelamento ou não da solução segundo o “Acórdão TCU nº 2796/2013 – Plenário “3, temos:

“A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular. A Administração, de acordo com sua capacidade e suas necessidades administrativas e operacionais, deve sopesar e optar, motivadamente, acerca da quantidade de contratos decorrentes da licitação a serem gerenciados”.

Considerando o exarado acima e a impossibilidade técnica do parcelamento devido o item 1 e 2 serem parte do mesmo objeto. Dessa maneira, juntar os itens em um único grupo justifica-se pela natureza integrada e complementar dessas atividades, indispensáveis à adequada execução dos serviços de emissão, remarcação, cancelamento e gestão de viagens.

10.2. Da Padronização.

De acordo com a Lei 14.133/21, temos:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

No que concerne ao objeto, não foi identificada a necessidade de manter uma padronização com indicação de marcas ou de compatibilidade técnica para a prestação dos serviços.

Ainda de acordo com a Lei 14.133/21, temos:

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

§ 1º O catálogo referido no inciso II do caput deste artigo poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos, conforme disposto em regulamento.

§ 2º A não utilização do catálogo eletrônico de padronização de que trata o inciso II do caput ou dos modelos de minutas de que trata o inciso IV do caput deste artigo deverá ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório.

Dessa forma, foi consultado o catálogo encontrado no endereço eletrônico < <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogoeletronico-depadronizacao/itens-padronizados>> e os itens catalogados e padronizados não tem relação com a contratação em tela. Assim justificamos a não adoção do referido catálogo eletrônico.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes para o objeto desta contratação.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

Consultado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quadriênio 2026-2030, disponível na página eletrônica da UFCG, constatamos que a demanda não está explicitamente contemplada. Entretanto, considerando que o objeto desta contratação visa facilitar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como as ações administrativas e de qualificação dos servidores, apresenta-se a seguir algumas ações elencadas no PDI (2026-2030) relacionadas a esses pilares:

Eixo 2 - Objetivo 2.1: Fortalecer as iniciativas de inovação - Ação estratégica: "Ampliar Parcerias com Instituições Públicas e Privadas (Nacionais e Internacionais)".

Eixo 3 - Objetivo 3.5: Expandir a Editora da UFCG - EDUFCG - Ações estratégicas: "Participar de feiras e festivais literários".

Eixo 4 - Objetivo 4.2: Aprimorar a oferta de serviços de saúde e bem-estar - Ações estratégicas: "Fomentar a participação dos alunos (as) nos eventos esportivos".

Eixo 6 - Objetivo 5.1: Fortalecer a acessibilidade e inclusão como princípios transversais na UFCG - Ações estratégicas: "Estabelecer diálogos e reflexões com outras instituições UNIVASF, UFRN, UFMA e UFCA com base na estratégia benchmark (boas práticas) para a inclusão e acessibilidade" e

Eixo 7 - Objetivo 7.2: Desenvolver e Qualificar os servidores da UFCG - Ações estratégicas: "Buscar o aumento da disponibilidade orçamentária-financeira para investimento na capacitação de servidores".

O PDI é um instrumento legal de planejamento estratégico – previsto no Decreto 9.235/2017 – que reúne objetivos, metas e indicadores para nortear as ações das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

12.2. Plano de Contratações Anual – PCA

A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) para o exercício de 2026, conforme documento SEI 6533755.

12.3. Plano de Logística Sustentável - PLS

No que se refere a transportes, o Plano de Logística Sustentável (PLS) 2025–2030 da UFCG estabelece, entre suas diretrizes:

Objetivo 08: “Reduzir o consumo de combustíveis fósseis na frota da UFCG”, contemplando ações voltadas à promoção da eficiência administrativa e à adoção de práticas sustentáveis na gestão institucional.

Nesse sentido, entendemos que não há recomendação específica sobre o objeto desta demanda.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Um dos benefícios trazidos pela contratação é o serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de assessoria, cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais, bem como o suporte operacional relacionado aos deslocamentos realizados a serviço da Administração Pública. Trata-se de atividade especializada de intermediação que visa assegurar eficiência logística, economicidade, celeridade, continuidade e suporte técnico adequado à gestão das viagens institucionais, permitindo o atendimento tempestivo das demandas administrativas e acadêmicas da Administração.

Nesse sentido, a contratação do serviço de agenciamento de passagens aéreas possibilita à Administração maior eficiência no planejamento e execução das viagens oficiais, garantindo atendimento contínuo às demandas institucionais, suporte operacional em tempo hábil, otimização de custos e maior controle administrativo sobre os deslocamentos realizados. Além disso, a intermediação especializada contribui para obtenção das tarifas mais vantajosas disponíveis no mercado, adequação aos horários necessários ao interesse público e gerenciamento de eventuais alterações de voos, cancelamentos ou emergências logísticas.

14. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem observadas para a contratação.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Consultando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis , 8ª edição, outubro 2025, não foram encontradas orientações para a referida contratação.

Ademais, consultando a IN 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, também não foi localizado nenhuma recomendação que se enquadrasse no objeto desta demanda.

Partindo do princípio da interação do homem com o meio ao seu entorno, faz-se necessária a adoção de medidas tendentes a diminuir o impacto que a contratação poderia ocasionar. Analisando esta contratação, percebe-se que o impacto da mesma ao meio ambiente é praticamente inexistente, uma vez que a entrega do serviço não gera resíduos prejudiciais ao meio ambiente.

Contudo, as faturas, notas, relatórios e documentos subsidiários apresentados pela CONTRATADA, bem como as comunicações formalizadas pela empresa deverão ser, preferencialmente, entregues à CONTRATANTE, em meio eletrônico ou digital, evitando-se consumo de papel.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a possibilidade do pleno atendimento da necessidade por meio da existência de prestadores de serviços no mercado, bem como, os benefícios a serem alcançados, DECLARAMOS A VIABILIDADE da referida contratação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SEI nº 121, de 11 de maio de 2026

HELOISA DA SILVA DEMETRIO

Demandante



Assinou eletronicamente em 10/06/2026 às 09:15:58.

PAULO RANIERE PEREIRA DE SOUSA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 10/06/2026 às 09:11:35.

Despacho: Portaria SEI nº 121, de 11 de maio de 2026

MARIANA SANTOS DE QUEIROZ

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 10/06/2026 às 08:59:24.